

Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Conselho Regulador

ASSUNTO: Audições na ERC a propósito do artigo do jornal Expresso “Impulso irresistível de controlar”

Audição do Director do Jornal Público, José Manuel Fernandes, realizada em 12 de Abril de 2007

Reconstituição provisória

Pergunta: Pedia-lhe que expusesse o que tem a dizer sobre a existência de pressões, e, existindo estas, se as considera ilegítimas, por parte do Primeiro-Ministro ou dos seus assessores, relativamente ao que é referido no artigo do Expresso.

JMF: Vou reconstituir o que se passou antes da publicação do primeiro artigo no dia 22 de Março. A investigação começou muito antes, por iniciativa dos editores ou do jornalista, não sei bem. Em Março, várias pessoas no jornal receberam *emails* a citar dados sobre a licenciatura do primeiro-ministro e esses jornalistas também os receberam. Havia ainda referências ao blog Do Portugal Profundo, que não costumo frequentar. Não percebi qual a origem dos *emails*, mas o jornalista decidiu que, face a essas informações e outros boatos que corriam, devia investigar o assunto.

Dia 13 de Março, dirigiu-se à Universidade Independente (UNI) para pedir o diploma do PM. A UNI informou que o acesso aos documentos dos licenciados só podia ser concedido com autorização do próprio. Foi nesse momento que eu (JMF) tive conhecimento de que o jornalista estava a pegar no caso.

O jornalista telefonou para o gabinete do PM em 13 de Março – há uma cronologia publicada no jornal – e ficou surpreendido porque, após o primeiro contacto, no dia 14 receber um contacto do próprio PM, o que não é comum.

Nesse dia 14, o jornalista teve autorização para consultar os documentos e, no dia 15, consultou-os. Dia 16, uma sexta-feira, parecia haver matéria para publicação, mas eu (JMF), em conjunto com o jornalista Ricardo Dias Felner, considerámos que o material já recolhido não estava ainda em condições de ser publicado, pelo que pedi mais contactos para aferir todo o processo. O tema esteve agendado todos os dias mas não havia data fixada para a publicação.

No dia 20, 3.^a feira, estou fora do jornal numa visita de vários directores de jornais ao Hospital Amadora-Sintra. Era o terceiro convite, já não podia voltar a não ir, houve uma reunião com a administração do Hospital. Por esse motivo, não acompanhei de perto a edição do dia seguinte nem participei na reunião onde se discutem os temas para a primeira página.

No final desse mesmo dia 20, julgo que já perto das 20 horas, recebo um telefonema do assessor do primeiro-ministro Luís Bernardo que queria saber se o artigo ia ou não sair no dia seguinte. Luís Bernardo disse que tentou falar comigo mas que o meu telefone estava desligado, o que pode ter acontecido pois tive uma reunião na tarde desse dia. Se a ERC quiser, autorizo-a a consultar o meu operador de telemóvel para verificar as chamadas.

Disse, também, que o PM estava disponível para falar comigo e eu disse-lhe que era a primeira vez que isso acontecia apesar de várias tentativas minhas para ter uma conversa e troca de impressões informal, o que tenho por hábito solicitar com alguma regularidade aos chefes dos sucessivos governos. “Mas o PM está disponível”, disse Luís Bernardo. Eu não me encontrava já no jornal, nesse dia o fecho da edição era no Porto. Disse ao Luís Bernardo que pretendíamos resposta formal do PM, por escrito, às perguntas que lhe tínhamos dirigido. Luís Bernardo disse que o PM estava a preparar o debate sobre o estado da nação e não tinha tempo para responder por escrito. Eu insisti na resposta por escrito e Luís Bernardo prometeu ver o que se passava.

Dei o meu telemóvel ao Luís Bernardo para o PM ligar. Aconteceu depois uma coisa insólita: eu estava quase sem gasolina e ia a entrar na bomba para abastecer quando o PM ligou. Estivemos 40 a 50 minutos ao telefone, eu parado dentro do carro junto da bomba de gasolina. O PM falou durante os primeiros cinco a dez minutos. Expôs a tese de que era um boato que vinha do mesmo sítio donde veio o do Freeport e o da

campanha eleitoral. Eu expliquei que não era isso. Não se podia comparar um boato como o da campanha eleitoral, de carácter íntimo, a informações sobre as condições de realização de uma licenciatura. Se tudo o que circulava sobre a licenciatura era falso, seria muito fácil prová-lo e matar o boato. Era só mostrar os documentos.

A princípio o tom da conversa não foi muito calmo pois não falava com ele desde 2004, altura em que durante a campanha para a liderança do PS tive uma longa conversa telefónica para o convencer a responder a um inquérito. Desde aí nunca mais tinha falado com pessoalmente com o primeiro-ministro.

O tom mais irritado do início da conversa, quando o PM pediu para não ser interrompido, evoluiria depois para um registo mais cordial, tendo debatido com o PM outros temas, como alguns episódio ocorridos durante as viagens de avião em deslocações oficiais, em particular comentários referidos por Ricardo Felner, numa reportagem editada no Público, em que se citavam as opiniões do PM sobre os jornalistas em geral e sobre o Público, em particular. Eu só conheço esses episódios através dos relatos de vários jornalistas, portanto em segunda mão. O PM falou de um ou dois textos que o Felner tinha escrito, eu recordei que um recente texto do mesmo jornalista, escrito por ocasião do segundo aniversário da vitória do PS e que alguns comentadores tinham considerado hagiográfico. Fi-lo para sublinhar a independência e boa fé desse jornalista, em que deposito toda a confiança. Falámos ainda de outras questões sem relevo particular.

Pergunta: Quem pediu essa conversa ao PM?

JMF: Esta conversa foi sugerida por mim durante um dos contactos telefónicos com Luís Bernardo. Expliquei-lhe que tinha pena de, até então, nunca ter tido oportunidade de falar com ele desde que era PM apesar de várias mensagens enviadas para o seu gabinete.

Pergunta: Nas conversas do Ricardo Felner com o gabinete do primeiro-ministro houve referência a eventual processo judicial, caso fosse publicada alguma coisa?

JMF: Houve, e não é caso virgem.

Pergunta: Ricardo Felner queixou-se ao director? Naturalmente, só lhe é pedida resposta se entender que, desse modo, não viola um pedido de confidencialidade.

JMF: Felner estranhou, mas não referiu isso, mas num ou em dois telefonemas o cenário de um eventual processo foi colocado.

Pergunta: Na sua conversa com o PM ele falou em processo judicial?

JMF: Não, comigo o PM não falou em processo judicial. O PM referiu-se sim ao caso da licenciatura e falou de um meu editorial sobre a OPA da Sonae, dizendo que eu tinha sido muito injusto. Lembrei-lhe que fizera questão de, durante todo o processo da OPA, só escrever duas vezes: no dia em que foi anunciada, defendendo que devia ser o mercado a decidir; e no dia em que morreu sem chegar ao mercado, o dia da AG da PT. Deliberadamente não quis comentar nenhum dos muitos episódios ocorridos ao longo de quase um ano e relacionados com a OPA. O PM fez então uma referência ao facto de ter estabelecido uma boa relação com o Eng. Paulo de Azevedo durante o período que durou a OPA, o que me levou a reflectir sobre o sentido daquela referência e se nela havia alguma mensagem, pois não me pareceu vir a propósito. Qualquer interpretação sobre o sentido da alusão é sempre subjectiva mas, por exemplo, conteria ela alguma referência a uma alteração dessa boa relação? Ou interferiria na relação que tenho com Paulo Azevedo?

Dia 21, véspera da publicação do artigo, tinha entretanto sido escolhido pelo Eng. Paulo de Azevedo para se despedir dos quadros da Sonaecom, uma vez que acabara de ser escolhido para suceder ao Eng. Belmiro de Azevedo à frente da Sonae SPGS. Foi um dia em que estive sempre a entrar e sair do jornal tendo-me esquecido do telemóvel na minha secretária. Quando o recuperei verifiquei que tinha várias chamadas perdidas (quatro?) vindas de números de telefone do gabinete do PM, mas como já era bastante tarde não procurei responder a nenhuma. Não me lembra se eram chamadas vindas do telemóvel do Luís Bernardo, se do telefone fixo do gabinete.

Pergunta: O PM telefonou-lhe directamente?

JMF: A única chamada que recebi do PM foi a já referida e foi feita através da sua secretária, presumo eu.

No dia 21, mesmo que por vezes à distância, acompanhei a edição dos textos do dia seguinte, assegurando-me que estavam escritos da forma o mais seca possível e garantindo que a nota do PM vinha logo no plano de abertura do jornal.

Depois, no dia seguinte, dia 22, apesar de já ter recuperado o telemóvel esqueci-me de verificar se existia mensagens gravadas, o que só 6^a. Feira de manhã. Verifiquei que uma delas era a convidar-me para um almoço com o PM, nessa mesma 6^a. Feira. Preocupado pois não tinha manifestado a minha disponibilidade, tentei telefonar de imediato para o Luís Bernardo mas não conseguia encontrá-lo e eram quase horas de almoço. Quando consegui falar com ele e explicar-lhe o que se passara com o meu telemóvel ele disse-me que, naturalmente, o convite formulado na quarta-feira já não se mantinha.

Pergunta: Ele disse porquê?

JMF: Disse que era por causa do que tínhamos publicado, insistiu que era tudo uma calúnia que partia dos mesmos que haviam posto a correr a notícia do Freeport e o boato da campanha. Nesse telefonema foi mais claro a identificar a origem de tudo, tendo-me dito: “sabemos que numa reunião do grupo Parlamentar do PSD foi sugerido que o PSD se ocupasse do assunto – foi Santana Lopes quem sugeriu”. Eu (JMF) respondi-lhe que esse argumento não fazia sentido pois certamente sabia que a minha relação com Santana Lopes era má. Recordei-lhe mesmo que, na campanha eleitoral de 2005 ele referiu directamente o meu nome em vários comícios, acusando-me de ser um dos que conspirara para ele ser demitido pelo Presidente Sampaio. Acrescentei-lhe que não fazia a menor ideia de que o tema da licenciatura tinha sido discutido no Grupo Parlamentar do PSD.

A partir daí, não houve mais contactos comigo. Houve apenas o caso de um texto sobre os 50 anos da UE, texto que havia sido pedido pela Teresa de Sousa ao PM para sair no dia seguinte, sábado. Como estava a coordenar as páginas onde se iria assinalar o cinquentenário da UE, perguntei-lhe se o texto que o PM aceitara escrever para o PÚBLICO já tinha chegado. Ela disse-me que não tinha chegado nem ia chegar. A explicação que lhe fora dada fora que “quem não se sente não é filho de boa gente”.

Pergunta: Já tinha acontecido antes uma situação semelhante aos telefonemas do PM?

JMF: Já, várias vezes houve pessoas que protestaram, mas isso acontece por regra depois da publicação de um artigo. Quando me telefonam no período em que decorre a investigação, o que já sucedeu uma ou duas vezes, digo sempre o mesmo: não me tente convencer a mim, que não conheço o caso em detalhe, fale com o jornalista e procure que atenda os seus argumentos. Como director não me cabe levar recados. Apenas me preocupo, com ou sem telefonemas, com saber se as diligências foram todas feitas e se o texto tem o tom correcto. De qualquer das formas, não me recordo de ter tido situações parecidas com o que aconteceu relativamente à notícia do Público do dia 22, com tantos telefonemas para o jornalista e também para mim.

Pergunta: Hoje diria o mesmo que disse ao Expresso sobre a liberdade de imprensa não se encontrar ameaçada?

JMF: Quando falei ao Expresso não tinha ideia de que o gabinete do PM tinha contactado com outros meios de comunicação social para tentar que estes não dessem crédito às informações do Público. Mas depois de saber que isso sucedeu, que alguns jornalistas e responsáveis editoriais foram ameaçados com processos, tudo informações lidas noutros meios de comunicação social, julgo que houve um esforço concertado para impedir a divulgação de uma notícia. Fiquei também preocupado depois de ler no artigo da Constança Cunha e Sá, este editado nas páginas de opinião do Público, em que a autora refere que os telefones por vezes também tocam fora da redacção, o que me leva a crer, sem ter disso nenhuma prova directa mas após conversas com colegas, que efectivamente houve telefones que tocaram não apenas nas redacções. Como compreendem, não posso avançar mais elementos.

Esses contactos sim, considero-os muito mais problemáticos, mesmo o efeito do telefonema poder depender muito da cultura da empresa. Eu nunca senti esses problemas nas duas empresas em que trabalhei, nunca recebi recados sobre o que devia ou não publicar das administrações e dos accionistas com quem trabalhei, mas sei que não é assim em toda a parte. Diria mesmo que a regra é não ser assim.

Em síntese, hoje o que diria é que houve um esforço desenvolvido junto de todas as redacções, e não só, para evitar que esse caso fosse noticiado e que foram utilizados argumentos impróprios, como o de o Público pertencer à Sonae e a Sonae não ter ganho a OPA.

Pergunta: Como e que chegou a essa conclusão?

JMF: Resulta de extrapolação do que li, resulta dos argumentos utilizados por Emídio Rangel num artigo no Correia da Manhã e de ser público que Rangel é amigo do PM, e resulta de elementos soltos sobre o que se passou dentro de algumas redacções, sendo que já houve notícia de algumas dessas discussões, designadamente as que terão tido lugar na RTP, em alguns jornais.

Pergunta: E sobre as pressões citadas por JMF no artigo do Expresso?

JMF: Exercer pressão sobre um jornalista não é apenas ameaçá-lo com um processo. É, também, criar-lhe a percepção de que se escrever uma determinada notícia deixará de ter acesso a fontes de informação privilegiadas, ou deixará mesmo de conseguir fácil acesso a certos documentos, ou ainda que as informações que procura serão dadas à concorrência. Para um jornalista ter informação própria é uma grande mais-valia, pelo que, quando surgem situações deste tipo, temem que muitos protestos se traduzam depois em fontes que “secam”, deixando eles de ter acesso a notícias em primeira-mão. Isso acontece com empresas, ONG’s, clubes de futebol, partido e, de uma forma geral, com todos os Governos, mas com este sinto que há um controlo muito maior da forma como é passada a informação. No caso do Público tivemos mesmo de recorrer à Alta Autoridade para não sermos discriminados por uma câmara municipal. Mesmo assim, muitas vezes, no passado, conseguimos contornar essas dificuldades recorrendo para a CADA. Agora, porém, isso tem-se mais difícil porque a lei de acesso aos documentos administrativos obriga a alguns formalismos processuais. Se, por exemplo, nunca for formalizada por escrito a recusa de acesso a certos dados, isso torna mais difícil o acesso à CADA. É uma metodologia que alguns gabinetes ministeriais deste executivo estão a utilizar.

Pergunta: Isso reflecte-se nos conteúdos editoriais?

JMF: Claro que se reflecte nos conteúdos editoriais. Vou dar um exemplo. No relatório do actual ministro da Defesa fez, ainda antes de entrar para o Governo, para o actual ministro da Administração Interna, eram feitas recomendações que sabíamos serem polémicas. Na conferência de imprensa o ministro, em apoio das suas opções, citou as

opiniões de antigos comandantes das polícias e de ex-ministros. Quando quisemos consultar o documento remeteram-nos para a Internet, mas lá este não tinha os anexos. Quando pedimos os anexos, foram-nos recusados invocando que esses depoimentos tinham sido recolhidos sob sigilo. Contrapusemos a sua utilização pública pelo ministro, mas mesmo assim não nos forneceram essa documentação que não sob a protecção de qualquer tipo de segredo. Porém, devido a alguns formalismos processuais, não conseguimos construir um processo que fosse aceite pela CADA.

Outras vezes é dito pelas fontes, relativamente a uma informação: se isso não tiver destaque escusa de voltar a telefonar. Também notamos que os assessores coordenam a saída das informações, o que não tem mal nenhum desde que não sejam violadas regras de lealdade e bom comportamento. Connosco já sentimos que essas regras foram violadas e pouco tempo depois do Governo tomar posse. Foi quando pedimos uma entrevista ao ministro da Saúde, este concedeu-a em exclusivo para podermos ser o primeiro jornal a dar conta das suas opiniões, mas depois recebeu instruções vindas do gabinete do PM para dar logo outra ao Jornal de Notícias a tempo deste ficar com a prioridade da primeira publicação. O Público naturalmente que não editou a entrevista e eu próprio falei ao ministro a explicar a nossa decisão, que ele compreendeu dizendo-me que tinha de facto recebido instruções para dar a outra entrevista. Este é o tipo de comportamento incorrecto que coloca pressão sobre um jornal, retirando-lhe um exclusivo por se considerar que esse jornal não é suficientemente “bem comportado”.

Pergunta: O artigo do Expresso diz que JMF tem há vários anos um conflito com o PM? Isso é verdade?

JMF: Pessoalmente não tenho nenhum conflito com o PM. Posso ter opiniões diferentes, posso apoiar umas medidas e criticar outras. Tenho feito criticas muito duras a muitos políticos e isso nunca se tornou em motivo de conflito pessoal. Contudo é público que o PM disse, numa das suas deslocações à zona dos jornalistas no avião para fumar um cigarro, que de mim já nem falava porque eu não era jornalista, era político. Depois de saber disso e bem este deste episódio voltei a fazer diligências para falar com ele, mas não consegui.

Pergunta: Tem-se referido à RTP e à RDP como tendo ignorado este assunto...

JMF: Tenho-me referido sobretudo à RTP. Nas primeiras duas semanas o assunto só foi tratado duas vezes por um colaborador (Marcelo Rebelo de Sousa) e a primeira vez que um jornalista da casa tocou no caso foi a Judite de Sousa numa pergunta a António Vitorino. Durante esse período, houve na TVI notícias na 5ª. Feira em que saiu a nossa primeira peça e depois não voltou a haver. Na SIC, houve notícias a partir da notícia do Expresso. Na RTP não houve notícias na primeira metade dos 20 dias em que o Público tratou o assunto, só mais tarde. Sei, também, que o assunto não foi pacífico na redacção da RTP e que foi objecto de discussão, o que já vi escrito e não desmentido num jornal.

Pergunta: É ilegítimo alguém dizer que vai apresentar queixa a tribunal se o jornalista lhe disser que vai publicar algo com um determinado conteúdo?

JMF: Antes da publicação de uma notícia não é possível saber o seu conteúdo. Se se ameaça com o tribunal, é porque se deseja que o assunto, seja ele qual for, não seja noticiado, e considero isso uma pressão ilegítima pois configura uma forma de chantagem destinada a de evitar que certas notícias venham a público. Para além disso, os jornalistas, que não ganham para ter advogados e nem sempre sabem que tipo de apoio terão das empresas para que trabalham, tendem a ficar nervosos. Eu já fui testemunha de situações dessas, até com colunistas de renome que, por nunca terem sido acusados ou tido um processo judicial, ficam inquietos com o que lhe poderá acontecer. Para além disso um processo judicial coloca também pressão sobre a empresa, por vezes uma grande pressão se estiverem em causa pedidos de indemnização gigantescos, como já ocorreu em Portugal e é frequente noutros países. Esses pedidos de indemnização têm de ser contabilizados mesmo antes da acção decorrer, o que influencia as contas das empresas e pode afectar o valor das suas acções em bolsa. Os processos cíveis são até mais ameaçadores do que os criminais, por esse motivo.